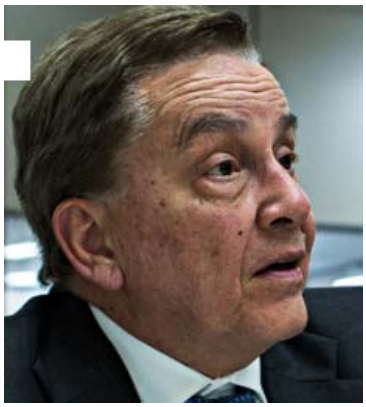
Dinheiro | 09/08/17 | ENTREVISTA

PAULO RABELLO DE CASTRO, PRESIDENTE DO BNDES

O Brasil vive uma falsa crise



Márcio Kroehn

O economista Paulo Rabello de Castro assumiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no final de junho deste ano, depois que a ex-presidente Maria Silvia Bastos Marques pediu demissão. "São dois meses que equivalem a dois anos, no novo calendário bndessiano, pois queremos fazer seis anos em seis meses", diz ele. Nesse período, Rabello de Castro mostrou que não tem medo de colocar o dedo em feridas. Primeiro, pediu calma àqueles que defendem a troca da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP). Nesta entrevista, ele explica os motivos pelos quais a TJLP não é um juro subsidiado e deve ser mantida. Além disso, ele coordenou um trabalho de revisão das operações do BNDES nos últimos 15 anos, que foi chamado de "Livro verde: nossa história como ela é". O resultado foi surpreendente, pois mostrou que o banco não privilegiou poucas empresas nem apenas os grandes grupos, os chamados "campeões nacionais" (leia mais aqui). Na entrevista a seguir, o presidente do BNDES fala sobre política, economia e, claro, eleições.

DINHEIRO – O Brasil está saindo da crise?

PAULO RABELLO DE CASTRO – Não só o Brasil está saindo da crise, como a crise que resta é artificial. Alguém poderia exagerar e dizer que é uma falsa crise, porque é a parte que os brasileiros impõem a si, na medida em que gastam demais. Portanto, eles ainda não enfrentaram o ajuste final, ou seja, o ajuste de contas que tem de ser feito no próprio setor público. É apenas um enfrentamento parcial, por enquanto. E também é preciso enfrentar os dois grandes eixos do estrangulamento econômico nacional: o manicômio tributário e o juro alto demais, incluindo a generalização dos subsídios existentes como contrapesos a esses juros altos. Aliás, os subsídios são respostas capengas a uma estrutura de juros artificialmente engendrada. Depois disso estaremos num novo Brasil, que é como um remédio que você toma e que faz você sentir o bem que você deveria estar sentindo, embora não esteja porque o mal-estar é indefinido. Essa é a falsa crise.

DINHEIRO – O fato de ter o País ter mais de US$ 380 bilhões em reservas cambiais é uma garantia?

RABELLO DE CASTRO – A crise é falsa no sentido que o Brasil é, de fato, essa potência que um dia a gente sonhou que existia e que hoje a gente tem certeza que não existe. A nossa neurose é essa certeza. É uma síndrome de pânico. Estamos com pânico de futuro, não queremos enfrentar o futuro. Isso só se resolve em 2018, em última análise. Mas eu creio que o governo Michel Temer, nesse sentido, é um belo São João Batista dessa revelação que vai ser o Brasil apresentado para si mesmo no seu imenso potencial, na medida em que for passado a limpo no processo eleitoral.

DINHEIRO – Que papel é esse do presidente Temer?

RABELLO DE CASTRO – É um papel de João Batista, para muita gente não dizer que ele virou santo e criar mais esse patrulhamento. Quero dizer que é aquele que vem preceder o processo de cura. É ponte, transição, pinguela, pontilhão, ou seja, é um conjunto inicial de providências, do qual a PEC do Teto é uma providência, ainda que percebamos que, agora, com esse resistente déficit, é uma resposta parcial. Tem que ter uma resposta complementar à PEC do Teto. A resposta da Reforma Trabalhista é importantíssima. A da Previdência

➡

tem de ser complementada.

DINHEIRO – O sr. acredita que ela sai?

RABELLO DE CASTRO – Se não sair é porque ela tem de ser complementada e ficar mais radical na próxima rodada. O Brasil do futuro tem de decidir se pega nesta ou pega mais firme mais adiante.

DINHEIRO – E a Reforma Tributária?

RABELLO DE CASTRO – O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) está com um relatório para ser lido na comissão da reforma a qualquer momento. E além da Tributária, nós precisamos encarar uma Reforma Financeira no País, que diz respeito justamente a ampliar esse debate que hoje existe de modo restrito entre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa de Longo Prazo (TLP). É uma bela oportunidade para debatermos o que precisa ser debatido.

DINHEIRO – A TJLP não é juro subsidiado?

RABELLO DE CASTRO – Não, na realidade ela não é subsídio na hora em que a gente faz a conta da operação ativa do BNDES e de todas as entidades que trabalham com TJLP. Porque ninguém sai pela porta do banco com TJLP "careca". O mutuário sai do banco devendo a TJLP mais a taxa de remuneração do BNDES mais a sua taxa de risco. Como os clientes são muito bem escolhidos, como qualquer banco criterioso tem de fazer, a grande maioria dos recursos emprestados voltam ao banco engordados com a taxa do banco e mais a taxa de risco, além de tributos, que são recolhidos à União, dividendos e mais IOF. É o único banco do mundo que trabalha sem imunidade tributária. Portanto, ao se devolver isso tudo para a União, é o conjunto desses recursos liquidamente apurados que criam, eventualmente, uma taxa de fomento.

DINHEIRO – Mas a comparação entre TJLP e Selic mostra um desencontro, não?

RABELLO DE CASTRO – É preciso comparar a TJLP com uma taxa de juros neutra, que nem sempre tem sido a Selic. Em momentos de estresse financeiro, a Selic tem sido uma taxa defensiva. Uma taxa que o Copom, por motivos bem razoáveis, pratica acima do que seria o inefável e pouco conhecido ponto de equilíbrio da taxa de juros básica. Essa taxa de juros dita neutra, uma vez calculada com base, vamos dizer assim, no custo financeiro internacional, esse, sim o custo verdadeiro, mais a taxa de risco do Brasil, mais um coeficiente de desvalorização monetária do real. Esse conjunto constituiria uma taxa neutra sobre a qual temos de calcular se a Selic está acima ou abaixo dela. Na medida em que a Selic esteja acima da taxa neutra, eu diria que a maneira mais cartesiana, mais liberal, mais Milton Friedman de fazer a conta, é pegar de um lado a taxa neutra e cotejar com a taxa ativa do BNDES. E aí vamos ver se essas taxas estão casadas ou não.

DINHEIRO – Isso significa que a TJLP é lucrativa?

RABELLO DE CASTRO – Dentro desse contexto, eu arriscaria dizer que o coeficiente de fomento efetivo do BNDES é por vezes positivo e por vezes até negativo. Enfim, o banco pode estar até um pouco por cima da curva de taxa de juro neutra, um coeficiente até negativo, pois está cobrando mais do que seria o custo de oportunidade para a União. Mas às vezes pode estar abaixo. Em um único momento, esse fomento esteve exagerado. Virou subsídio implícito na veia durante um período em que se praticou o Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Mesmo assim, é preciso separá-lo em dois. Um em que ele se justificava, porque vivíamos uma crise internacional sem precedentes e o Brasil entrou fazendo o que todos os países do mundo faziam coordenadamente. Se não fizesse, estaria fora até do G20. Era para todo mundo fazer em 2009, 2010 e, admita-se, com um respingo para 2011. O que se fez, talvez com alguma propensão eleitoreira, em 2012, 13 e 14 é outra história. Realmente pode-se dizer que explodiu o custo desse programa, que não é do BNDES. É um programa que o BNDES aplicou como resultado de uma política de governo, que não está mais no Poder.

DINHEIRO – A agenda econômica vai dominar as eleições de 2018?

RABELLO DE CASTRO – Não, é a agenda política mesmo. A agenda econômica está ancorada nessas duas grosseiras distorções que, uma vez removidas, vão dar para o Brasil um panorama de campeão, que são uma reforma financeira, para normalizar a taxa de juros no Brasil, e a extirpação desse câncer chamado manicômio tributário. Nesse sentido, o governo Temer pode ser um elemento precedente, que não está esperando o processo eleitoral. Razão talvez de ele ter esse grau de resistência dentro da impopularidade, que às vezes a gente não sabe bem o

porquê que vai tolerando, mas vai. A gente fica feliz que ele tem uma pauta que o torna, se não "gostável", pelo menos aceitável.

DINHEIRO – Mas há 14 milhões de desempregados precisando da recuperação da atividade econômica.

RABELLO DE CASTRO – Creio que uma preocupação do eleitorado em 2018 é de fato encontrar a alma do Brasil. Um projeto de País, de nação. Não está vinculado à economia, está vinculado a valores como a ética no comportamento individual, depois no comportamento familiar. Não significa nenhuma carolice, mas cada um dos brasileiros assumir sua própria responsabilidade. Além disso, tem o plano ético. Então, a principal bandeira é uma ética que seja não só individual, mas familiar, corporativa e principalmente pública. Esse é o País que vamos fazer. E algumas candidaturas têm de se apresentar com essa bandeira. Além do que, acho que pela primeira vez temos de tomar uma atitude, de fato, a favor de três Es: ética, emprego e empresas. A empresa como sendo o dínamo que move o processo, porque ela é um coletivo. Não é só o dono, são os colaboradores, mesmo na empresa pública. Empregos no sentido coletivo, também. Nós temos enfrentar esses 14 milhões de pessoas sem trabalhar, que numa leitura informal dos desalentados, no IBGE vai a quase 25 milhões. Teria um quatro E, que é a excelência.

DINHEIRO – O que seria essa excelência?

RABELLO DE CASTRO – O Brasil precisa criar um pacto no sentido de entregar o melhor em tudo, não importa a atividade. Se cada um fizer isso, imagino que o salto da produtividade no princípio desse ciclo de retomada possa ser de 2% a 3% ao ano, o que garante um pequeno milagre. Porque sem adicionar nem trabalho, nem capital, o País passaria a crescer mais do que pensam os economistas convencionais, esses sim os grandes sócios da crise falsa. São aqueles que ficam reproduzindo para o futuro, com base em dados do passado, o que o Brasil tenderá a ser em razão de suas impossibilidades presentes. Repudio esses economistas todos.

DINHEIRO – Por todos esses motivos, a agenda econômica parece ser muito importante.

RABELLO DE CASTRO – Nada substitui uma liderança de governo, porque somos uma nação, que tem lideranças. Não é só o sujeito que está sentado no Alvorada ou no Jaburu. São também aqueles que estão sentados na ponta da mesa de qualquer família. Hoje, o conceito de chefia se esfumaçou. O professor na escola, por exemplo. Ele entra na sala e não sabe se vai conseguir dar aula. Temos que pactuar se o professor vai dar aula ou não. Por isso digo que a discussão de 2018 é uma outra discussão, que diz respeito às atitudes do brasileiro perante si. A bandidagem, isso tudo é um reflexo, em grande medida, salvo o crime organizado, de uma facilidade para praticar o mal. Esse mal é prestigiado na televisão todos os dias. Não significa dizer que a gente vai fazer programas carolas para que a gente tenha uma sociedade estimulada apenas pelo azul celeste. Já temos a agressiva realidade do dia a dia saltando aos nossos olhos e se enfiando na nossa carne, com bala perdida. Então não precisamos de mais realismo, precisamos de mais idealismo.

DINHEIRO – Qual é o saldo desses dois meses na presidência do banco?

RABELLO DE CASTRO – Dois meses equivalem a dois anos, no novo calendário bndessiano. Como queremos fazer seis anos em seis meses, estamos atrasados até em algumas coisas. Já lançamos o canal do desenvolvedor e no final de agosto vamos lançar o BNDES online. Para completar o tripé de ajuda a micro, pequena e média empresa, haverá a digitalização e a interiorização do crédito via cartão, um novo cartão BNDES. Porque o antigo gerou muito inadimplemento, misturado com a gravidade da crise, o que obviamente gerou muita decepção entre os operadores do cartão, principalmente o melhor parceiro nosso, que é o Banco do Brasil, que neste caso sofreu um diabo com esse cartão. Mas eu e o presidente Paulo Caffarelli, do BB, estamos acertados para renovar as bases do cartão e antes do final do ano certamente o Ministério do Planejamento, muito bem dirigido pelo ministro Dyogo Oliveira, vai lançar as bases do novo cartão.

DINHEIRO – Com esse novo cartão o juro vai cair?

RABELLO DE CASTRO – O juro tem de cair dentro e fora do cartão. A regra, a palavra de ordem, é juro para baixo. Não existe um juro real ideal. Na realidade, o que precisa, hoje, é olhar o mundo para dar essa resposta. Mais uma vez temos de parar de criar jabuticabas no Brasil. A gente tem de ter um padrão internacional de fazer bem as coisas, que na área da administração privada já se chama melhores práticas, na área da administração pública é a governança, que o TCU já está

cobrando. E uma melhor prática hoje, no campo financeiro, seria praticar taxas brasileiras que estivesse bastante aderidas, dado o risco de cada tomador, às taxas internacionais. Daí a necessidade de uma Reforma Financeira. Qualquer coisa acima desse padrão internacional deveria nos aquietar. A gente deveria estar incomodado. Essa é a maneira de a gente vencer essa crise que se torna falsa, na medida em que o potencial do Brasil está aí na nossa frente. Somos um país com reservas internacionais beirando US$ 400 bilhões, mas mais que dinheiro em caixa, que temos muito, temos um agronegócio com o poder de exportar e de gerar saldos internos, tanto em renda como em comida. É o maior programa Fome Zero do mundo. É o que a agricultura faz de modo anônimo. E tudo isso nos coloca como um dos países mais favorecidos. Se somarmos a isso que o sistema financeiro sai dessa imensa crise praticamente ileso e com recursos em caixa, vamos dizer sem papas na língua, isso é tudo o que o País precisa para dar o seu salto produtivo nas áreas mais sofredoras, que são a indústria manufatureira e o setor de serviço, que sofre menos por falta de ânimo, porque ali tem muito empreendedorismo anônimo, mais de 10 milhões, principalmente de microempreendedores individuais, mas por falta de produtividade no que fazem. É aí que vem a evolução do crédito na qual o BNDES está associado. Nós temos de ampliar o nosso desembolso no BNDES em, pelo menos, R$ 20 bilhões de hoje até os próximos 12 meses.

DINHEIRO – O sr. se surpreendeu com o resultado do Livro verde, que faz uma profunda avaliação do trabalho do banco?

RABELLO DE CASTRO – Sim, por dois motivos. O primeiro foi a celeridade do trabalho da equipe, que teve pouco tempo para escrever e revisar. As onze equipes que estiveram envolvidas tiveram cerca de 20 dias para descrever os processos e os seus produtos. Ninguém teve como florir ou inventar algo. Por isso, o conjunto do Livro verde é bastante positivo. Já é um banco com uma interiorização grande e voltado para a inovação. O segundo motivo é a surpresa externa que causou. Quem se deu o trabalho de ler, porque nem todos leram o material completo, viu um banco diferente do pré-conceito de ser um banco voltado somente aos grandes grupos econômicos, de poucas operações ou outros pontos pré-estabelecidos. Quando se pega a realidade pura, não era nada disso. Então, foi um trabalho técnico e isento. O BNDES tem um comportamento banqueiro, de correr riscos calculados e fazer um trabalho que resulta em retornos lucrativos.

DINHEIRO – O BNDES está para divulgar o resultado de uma apuração interna sobre os empréstimos. Por que o banco tomou esse caminho?

RABELLO DE CASTRO – Esse é um levantamento sobre procedimentos envolvidos em polêmicas, tanto de operações policiais como da Lava Jato. O banco não pré-identificou nenhum ato falho. A auditoria interna foi uma maneira de o banco não se encolher. A presidente Maria Silvia criou a Comissão de Apuração Interna (CAI) e, até aqui, há uma indicação de que a bola vai voltar super-redonda, ou seja, que os responsáveis pelas operações foram operacionalmente corretos no que fizeram.

DINHEIRO – Há quem diga que a Maria Silvia havia assumido para fechar o banco.

RABELLO DE CASTRO – Nunca teve nada disso, nem nos piores desvarios. Não seria correto alguém entrar com uma agenda oculta dessa natureza. Quando, politicamente, se quer fechar uma instituição se põe um liquidante e não um presidente.

Dinheiro | 09/08/17 | ECONOMIA

Réquiem da Previdência

Enquanto a reforma estaciona no Congresso Nacional, servidores públicos e governadores encaram a realidade e se mobilizam para antecipar o fim de regras insustentáveis nas aposentadorias estatais



Bandeira de resistência: protesto contra a Reforma da Previdência em Brasília, no final de março. O impasse continua (Crédito: Aílton de Freitas/ Agência O Globo)

Gabriel Baldocchi

Como integrante de um grupo de concursados nomeados para a Justiça paulista em 2013, a escrevente Andrea Rosell Sampaio faz parte de uma das últimas turmas de servidores do Estado a ter direito a regras mais favoráveis na aposentadoria. A partir de 2014, com a criação da previdência complementar estadual (SP-Prevcom), todos os funcionários públicos de São Paulo passaram a ter o benefício oficial limitado ao teto do INSS, hoje em R$ 5.531,31. Agora, mesmo com a expectativa de contar com a aposentadoria acima desse limite no futuro, Andrea teme impactos de possíveis mudanças de regras e pretende, por isso, ingressar também no regime complementar estatal, num modelo que se assemelha mais aos planos de previdência disponíveis no mercado. "Tenho medo de que, se não poupar e investir por conta própria, não vá conseguir me aposentar", afirma a escrevente.

Como ela, 350 servidores do regime antigo estão na fila para aderir ao novo modelo. A demanda estimulou a edição de uma lei estadual para permitir o ingresso, até então proibido. Em meio às discussões da reforma da Previdência no Congresso Nacional, o temor de eventuais revisões nas normas tem motivado um movimento ainda mais radical no Estado: servidores que buscam mais do que um complemento e estão dispostos a abrir mão dos benefícios das regras antigas para migrar os planos por inteiro ao regime complementar. Ao menos dois processos foram abertos com o pedido, também proibido pelas regras atuais da SP-Prevcom. "Há medo das reformas, tanto desta como das futuras", afirma o presidente da entidade, Carlos Henrique Flory. "Quantas reformas da Previdência não teremos nos próximos 20, 30 anos? Sempre vão aumentar as contribuições e diminuir o benefício."

A SP-Prevcom iniciou estudos para a criação de uma regra autorizando a migração. A intenção é atender possíveis interessados entre os 180 mil servidores do regime antigo que ganham acima do teto. Ao pedir a mudança, o servidor pode até ter um desconto menor no salário pelo regime complementar, mas abre mão da possibilidade ainda real de se aposentar com base nas regras que garantem o valor do último salário ou próximo disso. A limitação pelo teto do INSS e o regime complementar são pontos centrais do texto da reforma em tramitação na Câmara. Nele, porém, ainda é limitada a novos servidores. A antecipação dos funcionários públicos antigos revela um temor pragmático de que as regras atuais não serão sustentáveis.

Quanto mais cedo é feita a migração, mais tempo eles podem usufruir da principal vantagem da maioria dos regimes complementares estatais: a contribuição paritária – para cada R$ 1,00 de contribuição do servidor, o governo acrescenta outro R$ 1,00 formato mais generoso do que os planos oferecidos no mercado, em geral. No serviço público federal, onde o teto do INSS passou a vigorar a novos integrantes a partir de 2013, a migração já foi autorizada. Uma lei de 2016 abriu a possibilidade para os servidores do regime antigo levarem seus planos para a Funpresp (previdência complementar federal) até a metade de 2018.

Há um incentivo para que o façam, um benefício especial calculado sobre as contribuições feitas até a migração e que gerará um complemento aos que

➡

permaneceram no serviço público até a data de aposentadoria. Para o analista do Banco Central, Gustavo Ottoni, a mudança foi uma forma de diversificar o risco. “No regime anterior, tinha uma promessa. Estamos vendo essas discussões e sabemos que as coisas podem mudar”, diz Ottoni. Ele calcula ter ainda cerca de 30 anos para se aposentar. “Agora, deixo de ter uma promessa, passo a ter controle sobre o meu futuro e a ter fontes diferentes de renda para a aposentadoria.” Pelas regras atuais, o analista ainda teria o direito de benefício integral se ficasse no regime antigo.

Na nova opção, seus cálculos para a aposentadoria levam em conta a vantagem da paridade, o benefício especial e o que ele buscará de aplicação financeira com a diferença mensal que sobrará com o desconto menor no salário. Ele ainda se protege de mudanças já previstas na reforma em tramitação, em regras de pensão, por exemplo. Segundo o Ministério do Planejamento, 400 servidores federais já optaram a trocar as regras antigas pela Funpresp. Trata-se de um contraponto à resistência demonstrada pela maioria das categorias de servidores ao texto da reforma nos últimos meses.

ANTECIPAÇÃO Não é só o grupo de funcionários públicos que demonstra uma visão pragmática em relação à sustentabilidade das regrais atuais. Enquanto o tema permanece estacionado no Congresso, administrações públicas estaduais também se mobilizam para criar os seus regimes de previdência complementar, para fazer a valer o teto do INSS aos servidores. Em quatro Estados há leis em tramitação nas Assembleias Legislativas sobre o assunto, como Rio Grande do Norte (leia gráfico acima). Outros cinco conseguiram a aprovação legislativa e estão em fase de implementação dos regimes. Somente dez governadores ainda não avançaram com propostas semelhantes, caso de Amazonas.

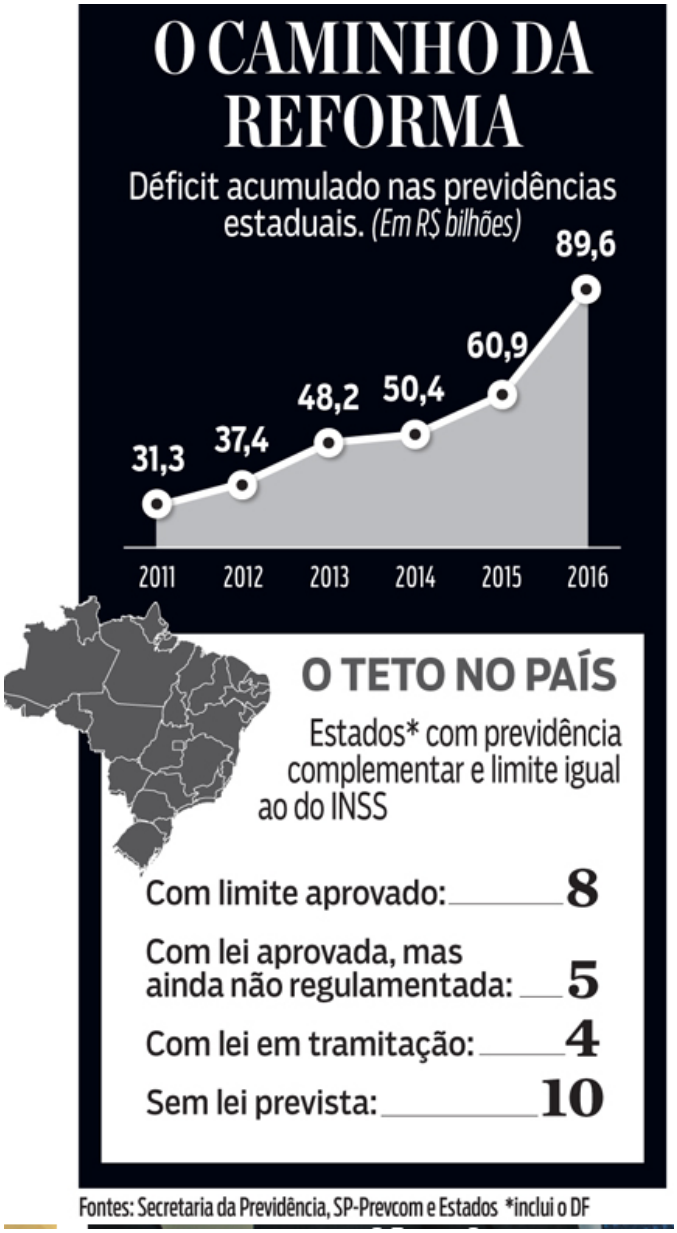
Pela manutenção: manifestações contra ajustes defendem a continuação das regras atuais (Crédito:Edilson Dantas / Agencia O Globo)

Além de São Paulo, outros sete já haviam constituído a previdência complementar, entre eles Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. A mudança é considerada um dos passos mais importantes para garantir a sustentabilidade das contas públicas nos Estados. O deficit previdenciário nos governos regionais cresce com força e é uma das principais razões por trás das dificuldades enfrentadas hoje em administrações como as do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Somente em 2016, o rombo total nos sistemas de aposentadorias estaduais cresceu 47%, para R$ 90 bilhões. As regras mais generosas para os servidores explicam boa parte das dificuldades.

Um estudo do economista Rogério Nagamine, especialista em Previdência no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrou que, em 2015, as aposentadorias acima do teto representavam apenas 3,5% do total dos servidores (em todas as esferas da administração pública), mas correspondiam a 20,9% do gasto. Naquela data, o valor médio dos benefícios acima do teto de então (R$ 4.663,75) era sete vezes maior do que a média daqueles abaixo do limite (R$ 1.171). Se todos os servidores estivessem sujeitos ao valor máximo do INSS em 2015, a economia seria equivalente a R$ 41 bilhões por ano, o suficiente para garantir todo o Bolsa Família durante 12 meses.

Em Alagoas, por exemplo, a estimativa é de uma economia futura de até 40% com a criação do regime complementar, aprovado neste ano no Legislativo. A previsão é que ele esteja funcionando até dezembro. No Estado, 16 mil servidores (23% do total) ganham mais do que o teto. Além dessa mudança, os governadores já vinham atuando para promover outros ajustes. Ao menos dez deles já aprovaram a elevação da alíquota de contribuição dos servidores (total descontado do salário), em geral de 11% para 14%. “A crise é um desastre, mas obrigou os Estados a fazer o ajuste da Previdência”, diz Nagamine. Embora alguns já tenham se antecipado, o grande impacto só virá mesmo com a

reforma federal, que obrigará os pouco mais de 2.000 regimes de previdência próprios (incluindo os municípios) a adotar o teto.



Dinheiro | 09/08/17 | ECONOMIA

Teste de força

Maratona de articulação do Planalto garante apoio para barrar denúncia contra Temer na Câmara. Confirmado no cargo, presidente ganha segunda chance para aprovar as reformas



Michel Temer, presidente da República: "O Brasil está pronto para crescer ainda mais. Aqueles que tentam dividir os brasileiros, erram" (Crédito: Valter Campanato / Agência Brasil)

Gabriel Baldocchi

Ao fechar em alta de quase 1% e bater os 67 mil pontos na quarta-feira 2, o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, voltou ao patamar que atingira em 17 de maio, antes da delação do empresário Joesley Batista, que levantou suspeitas sobre o presidente Michel Temer. Os investidores anteciparam uma situação que representaria outro resgate ao período pré-denúncia, de menor pressão sobre o chefe do Executivo. Desde que o teor das gravações de Joesley veio à tona, Temer teve o cargo ameaçado, o que interrompeu a agenda econômica e lhe obrigou a focar esforços exclusivamente para se manter no poder.

A sua permanência foi garantida na quarta-feira passada, horas depois de o pregão da B3 fechar, com o veto da Câmara ao pedido para investigá-lo por corrupção passiva, por 263 votos contra e 227 favoráveis ao prosseguimento da apuração. O peemedebista colocou à prova seus mais de 30 anos de experiência política e assegurou uma nova chance para avançar com a pauta de reformas necessárias à retomada do crescimento econômico. A economia e a estabilidade foram citadas pela maior parte dos deputados como argumento para apoiar Temer, bem como o fato de que ele voltará a ser investigado pela Justiça após a conclusão do mandato. Na prática, porém, os parlamentares responderam aos esforços de articulação do Executivo, com a tradicional distribuição de emendas parlamentares, ofertas de cargos e atendimento de demandas de bancadas e setores específicos.

O governo teve de fechar os olhos para temas do Congresso caros ao ajuste fiscal, como a traição dos deputados no Refis, que relaxou as regras e reduzirá a arrecadação, e o adiamento da reoneração da folha de pagamentos. Não se tratava apenas de dar sustentação ao presidente, mas sim de abrir espaço para projetos estruturais, como a reforma da Previdência. "O Brasil está pronto para crescer ainda mais e o crescimento que começou, virá", afirmou Temer após a votação na Câmara. "Aqueles que tentam dividir os brasileiros, erram." Ainda que os riscos políticos permaneçam no radar e que o resultado tenha se descolado da opinião pública – 81% dos brasileiros defendiam a investigação formal do presidente, segundo o Ibope –, analistas enxergam uma nova janela ao governo. Temer pode voltar a contar com o benefício da dúvida do mercado.

A equipe econômica sabe que o intervalo é curto e já aproveitou para relançar o debate sobre a Previdência. Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a votação deve ser finalizada até outubro. Meirelles sinalizou ainda com a apresentação iminente da reforma tributária. "Estamos trabalhando duro na reforma tributária e ela vai ser apresentada proximamente", afirmou, na quinta-feira 3. "Se até lá a Previdência não tiver sido votada, a gente pode votar a tributária primeiro." O placar da votação da denúncia era visto como um termômetro do apoio do presidente no Congresso e uma referência para a apreciação do texto que revisará as aposentadorias. Para que seja aprovado na Câmara, são necessários 308 votos a favor, em duas votações. Nas contas dos analistas, se consideradas as dissidências de PSDB e DEM na votação de quarta-feira, poderia se chegar ao número necessário para a Previdência.

➡

Na sexta-feira 4, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o placar da votação "dá segurança" para avançar nas reformas. "A Previdência é a agenda principal da área econômica." São baixas, porém, as chances de que o texto atual da reforma seja apreciado. O mais provável é uma mudança mais tímida, com a instituição de idade mínima e a unificação dos regimes (leia mais aqui). "Não é o fim da crise política, mas o governo saiu vitorioso", diz Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria. "A habilidade no Congresso, o uso da máquina pública, para angariar apoio, tudo isso funcionou. Abre-se espaço para andar com a agenda econômica." A reforma da Previdência é essencial para estancar a trajetória crescente da dívida pública. Sem ela, o governo corre o risco de estourar o teto dos gastos em 2022.

O cenário fiscal se mostra cada vez mais desafiador. O governo admitiu que pode revisar a meta de déficit deste ano. O rombo, atualmente previsto em R$ 139 bilhões, deve crescer. Os esforços agora são para que fique abaixo dos R$ 159 bilhões do ano passado. Vale lembrar que uma mudança semelhante, em 2015, pelo então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, levou o Brasil a ser rebaixado pelas agências de classificação de risco de crédito (rating). Embora o mercado já viesse trabalhando com um buraco maior neste ano, esse risco não está totalmente descartado, principalmente se houver revisão também no número a ser perseguido em 2018. "O grande problema é que não estamos numa situação normal e, num cenário desses, a meta fiscal é importante", diz Luis Otavio Leal, economista-chefe do banco ABC.

Segundo ele, a aprovação da reforma da Previdência poderia minimizar os impactos de uma revisão. "Teria um problema de curto prazo, mas uma âncora no longo. Se não tiver nenhuma das duas, qual é garantia de que a dívida ficará estável?" Mesmo parlamentares da base aliada reconhecem a resistência do Congresso em aprovar mudanças profundas. "O presidente demonstrou força e quórum suficiente para lhe garantir a governabilidade, ainda que o número seja apertado", afirma o deputado Efraim Filho, líder do DEM. "Agora, será o caso de focar temas que envolvam maioria simples." Entre os tópicos a serem resolvidos, estão a votação da medida provisória que cria a TLP, no lugar da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e a reforma política, que deve ser aprovada até setembro, para servir de norte para as eleições de 2018.

BASE DE APOIO
Reconfirmado no cargo, o presidente precisará dedicar tempo para recompor a sua base. Tanto para se preparar contra novas acusações da Procuradoria Geral da República, como para ganhar musculatura e prosseguir com as reformas. A votação escancarou o racha no PSDB – 22 deputados apoiaram o governo e 21 ficaram contra – e confirmou a fidelidade do bloco de siglas menores, o chamado Centrão. Um episódio caricato desta semana ilustrou bem esse apoio, em que o deputado Wladmir Costa (SD-PA) exibiu uma tatuagem com o nome de Temer. Costa foi um dos maiores defensores do governo na votação. "Quem é Temer mostra a cara e tatua no ombro", ironizou no plenário.

Para o professor de Ciências Políticas da PUC-SP, Pedro Arruda, a margem do governo para angariar apoio da base deve diminuir, uma vez que o espaço se reduz no orçamento. "É preciso considerar os conflitos na própria base, com as disputas dentro dos partidos", afirma Arruda. No curto prazo, o arrefecimento da crise política deve servir de novo empurrão para os níveis de confiança, uma medida que antecede decisões de investimento. Seria mais um ingrediente a se somar às perspectivas positivas de queda na inflação e nos juros. No mercado, já há quem acredite na Selic mais próxima de 7% ao final do ano. A redução no custo de capital deve começar a gerar maior estímulo para a atividade econômica a partir do terceiro trimestre e contribuir para catalisar o processo de retomada já demonstrado em alguns indicadores, como a produção industrial, que teve o melhor semestre em quatro anos.

"Os indicadores de atividade vêm dando notícias melhores", afirma Ribeiro, da Tendências. "Com o resultado da votação e o governo colocando a agenda de

reformas e de concessões, a expectativa é que a recuperação ganhe tração.” A consultoria, que já trabalhava com o cenário de permanência de Temer, prevê um crescimento de 0,3% neste ano e 2,8% para 2018. O veto à denúncia demonstrou a força do governo. Para os brasileiros, porém, o que mais importa é a capacidade que a gestão atual mostrará para encerrar de vez a recessão. O resgate da confianca poderá recolocar o País nos trilhos do crescimento.



Olho na meta: o ministro do planejamento, Dyogo Oliveira. Governo terá de decidir nos próximos dias se revisará a previsão do déficit (Crédito:José Cruz/Agência Brasil)

Valor Econômico | 07/08/17 | BRASIL

União quer reduzir auxílio-moradia de servidor

Por Edna Simão | De Brasília

O governo pode fixar um prazo máximo de recebimento de auxílio-moradia pelos servidores públicos federais ou comissionados. Esse benefício é pago a trabalhadores que são transferidos para uma cidade onde eles não têm imóvel próprio. Pelas regras em vigor, o auxílio pode ser pago por período indeterminado.

Além disso, está sendo estudada a possibilidade de uma redução escalonada do valor do benefício. Ou seja, ao chegar na nova localidade de trabalho, o servidor receberia 100% do benefício, mas esse valor seria diminuído gradualmente, ao longo do tempo, até ser zerado. "Um servidor não pode viver 30 anos em uma cidade e continuar recebendo auxílio-moradia", disse um técnico do governo ao Valor.

Para 2017, o governo reservou R$ 879,6 milhões do Orçamento para pagamento do auxílio-moradia para os servidores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário. Até o momento, segundo levantamento feito pelo Ministério do Planejamento e repassado ao Valor, foram pagos R$ 448,4 milhões.

O maior gasto com auxílio-moradia neste ano foi registrado pelo Ministério de Relações Exteriores com o pagamento de R$ 113,627 milhões. A dotação orçamentária do ano para essa rubrica é de R$ 220,053 milhões. De acordo com informações do ministério, a maior parte dos 1.650 funcionários que recebem o benefício vive no exterior. Neste caso, cada posto tem valor diferente de auxílio, calculado, entre outras coisas, de acordo com o custo de vida do país para onde o funcionário foi transferido.

Em segundo lugar no levantamento do Planejamento aparece a Justiça do Trabalho, que destinou R$ 110,829 milhões do orçamento para auxílio-moradia de um total de R$ 193,95 milhões previstos para o ano. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho informou que, além dos servidores, paga, por força de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o auxílio-moradia para 3.580 magistrados, entre ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), desembargadores tribunais regionais (TRTs).

Somente em julho, o gasto com o pagamento de auxílio-moradia para magistrados foi de R$ 15,68 milhões. Para outros servidores da Justiça do Trabalho, o valor foi de R$ 95,9 mil. O Ministério Público da União já pagou R$ 58,872 milhões em auxílio-moradia neste ano do total para 2017 de R$ 126,7 milhões.

As mudanças que o governo federal pretende implementar no auxílio-moradia atingem todos os servidores, mas com algumas exceções como alguns membros do Ministério Público, Judiciário e Legislativo.

A diminuição do gasto, com a adoção de regras mais restritivas, pode até ser pequena diante do tamanho da despesa total com benefícios dos servidores federais, que no ano passado somou R$ 16,6 bilhões, mas, segundo técnico do governo, seria uma sinalização de que o Poder Executivo está se movimentando para dar maior eficiência ao dinheiro público, evitando pagamentos indevidos.

Segundo fonte, existem muitas disparidades nos valores dos benefícios pagos por entes como Executivo, Estados e municípios e por Poderes. Mas, ao apertar um pouco os critérios para recebimento do auxílio-moradia, o governo pretende "dar o exemplo" e estimular que outros entes e Poderes façam o mesmo.

No caso do Executivo, o pagamento do auxílio-moradia tem como parâmetros o piso de R$ 1,8 mil e o teto de R$ 7,7 mil (25% da remuneração de ministro de Estado, fixada em R$ 30.934,70). O ressarcimento é sempre sobre o que, efetivamente, foi gasto pelo servidor. Esse valor é pago para os servidores



públicos de todos os Poderes com exceção de alguns membros do Ministério Público, Judiciário e Legislativo, caso dos juízes, procuradores e parlamentares os quais contam com regras próprias.

Para as exceções do Judiciário e Ministério Público da União, o teto do benefício é o mesmo concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que corresponde a R$ 4.377, o que foi garantido por liminar do STF. Os senadores e deputados que não ocupam apartamentos funcionais podem optar pelo auxílio-moradia. No caso do Senado, o valor mensal corresponde a R$ 5.500, com a finalidade de cobrir despesas com aluguel ou diária de hotel. Os deputados que não ocupam apartamentos funcionais recebem R$ 4.253.

Sem margem de manobra para reduzir gastos e ajudar no cumprimento da meta de resultado primário, que para este ano, por enquanto, é de déficit de R$ 139 bilhões, o governo tem anunciado medidas, como revisão de programas já existentes, para impedir despesas indevidas. Conforme antecipado pelo Valor, será realizado um programa de demissão voluntária (PDV) para os servidores públicos, o que não acontecia há quase 20 anos. Também haverá incentivos para adesão a jornada reduzida e licença não remunerada.

Sob avaliação

Os 20 orgãos do governo que têm mais gastos com pagamento de auxílio-moradia, em R$ milhões

Orgãos do governo	Dotação em 2016	Valor pago em 2016	Dotação em 2017	Valor pago em 2017
Ministério das Relações Exteriores	252,900	228,293	220,053	113,627
Justiça do Trabalho	190,257	188,248	193,950	110,829
Ministério Público da União	106,860	105,162	126,713	68,727
Justiça Federal	100,800	96,191	105,998	58,872
Ministério da Defesa	119,583	107,755	135,359	49,783
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	19,121	18,871	19,448	10,920
Câmara dos Deputados	9,800	9,236	10,498	5,174
Ministério da Educação	10,569	7,778	10,115	4,955
Ministério da Justiça e Segurança Pública	6,638	6,446	12,399	3,887
Presidência da República	3,107	2,765	4,264	2,442
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1,584	0,929	3,539	1,532
Superior Tribunal de Justiça	2,132	2,113	3,123	1,290
Ministério da Saúde	3,260	2,276	3,183	1,286
Ministério da Fazenda	1,861	1,540	2,654	1,242
Justiça Militar da União	0,377	0,375	2,020	1,240
Ministério de Minas e Energia	1,765	1,616	2,095	1,111
Ministério da Cultura	2,235	1,832	1,879	1,107
Supremo Tribunal Federal	2,000	1,502	2,000	1,036
Ministério da Ciência, Tecn., Inovações e Com.	0,761	0,615	1,751	0,871
Ministério do Meio Ambiente	1,329	1,234	1,364	0,809
	858,453	**801,565**	**879,600**	**448,408**

Fonte: Ministério do Planejamento

Valor Econômico | 07/08/17 | OPINIÃO

TLP vem em boa hora

Por Gustavo Loyola

A ideia da substituição, nas operações do BNDES, de uma taxa de juros administrada (TJLP) por uma determinada por parâmetros de mercado (TLP) tem sofrido críticas de várias origens: empresários, economistas e políticos. Os argumentos contrários à medida são, contudo, frágeis e não resistem ao teste da realidade.

Com a TLP, as operações do BNDES terão remuneração compatível com as taxas de juros de mercado, permitindo que os ativos de créditos do banco sejam securitizados, o que trará uma fonte adicional de captação de recursos para a instituição. Facilitará, ainda, que instituições privadas possam se associar ao BNDES em operações de financiamento, diluindo assim o risco de crédito para o banco oficial. Assim, ao contrário da TJLP, a TLP poderá se tornar a verdadeira taxa de juros de longo prazo no Brasil, com consequências positivas para o mercado de capitais como um todo.

Além disso, a utilização de taxas de mercado nas operações do BNDES deverá melhorar a alocação de recursos na economia. Num país com uma baixa taxa de investimento como o Brasil, mais do que em qualquer outro lugar, é imperioso assegurar que os escassos recursos estejam direcionados para projetos de alto retorno econômico. No caso de externalidades, vale dizer, quando os benefícios sociais excederem os privados, o emprego da TLP não impediria haver subsídios explícitos desde que integrassem o orçamento da União, como recomendam as boas práticas de finanças públicas.

Ao contrário da atual TJLP, a TLP poderá se tornar a verdadeira taxa de juros de longo prazo no Brasil

A propósito, com a TLP seriam evitados os subsídios financeiros indiscriminados pelo Tesouro aos mutuários do BNDES que criam um permanente estado de excesso de demanda nos guichês da instituição, pressionando de forma permanente e insidiosa pela abertura dos cofres públicos, como vimos ocorrer durante a desastrosa gestão fiscal do governo anterior. O BNDES passará a operar de acordo com sua capacidade de "funding" em mercado, sem risco de se repetir a explosão de repasses do Tesouro ao banco ocorrida em passado recente.

Ademais, a adoção da TLP será um passo importante para a eliminação do crédito direcionado, uma das características "subdesenvolvidas" do mercado financeiro no Brasil. Típico de situações de repressão financeira, o direcionamento de crédito é um dos obstáculos para a queda dos "spreads" na intermediação financeira, além de afetar negativamente os canais de transmissão da política monetária. Em síntese, a TLP pode se constituir num instrumento para menores taxas de juros no futuro, beneficiando a todos.

Diante de tantas vantagens, o que podem apresentar os detratores da TLP como argumentos contrários à sua adoção? Pouco, como veremos.

Um tipo de argumentação contrária à TLP refere-se de um modo ou de outro aos elevados custos de capital no Brasil que seriam inviabilizadores do investimento, na ausência dos juros "módicos" ofertados pelo BNDES. Além de ser fraca, para dizer o mínimo, a correlação entre os desembolsos do BNDES e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o argumento desconhece os papéis da situação fiscal e do crédito direcionado para a existência de juros elevados no país.

Assim, equivoca-se quem simplesmente se utiliza de um exercício comparativo entre o que foi a TJLP no passado e o que teria sido a TLP para "demonstrar" que esta trará o encarecimento do crédito do BNDES no futuro. Tal conclusão ignora o potencial efeito benéfico que a adoção da TLP trará sobre o comportamento futuro dos juros no Brasil.

Outro tipo de argumentação ataca a "imprevisibilidade" da TLP quando comparada à TJLP. O próprio presidente atual do BNDES manifestou tal preocupação. Muito embora seja verdade que os preços da NTN-B (referência para a TLP) tenham a volatilidade natural de uma cotação de mercado, isso não quer dizer necessariamente que há mais incertezas associadas à TLP do que à TJLP.

Recorrendo às velhas lições de Frank Knight, há uma diferença entre risco e incerteza, sendo o primeiro mensurável enquanto a segunda não o é. As NTN-B trazem riscos de mercado para os detentores do ativo, mas não incertezas. É perfeitamente possível associar uma distribuição de probabilidades ao preço daquele título e modelar o risco de mercado correspondente. Com isso, é viável se adquirir um "seguro" em relação a tal risco, como, por exemplo, através de derivativos financeiros.

Não se pode dizer o mesmo dos ativos denominados em TJLP. Como a taxa é fixada em função de uma decisão discricionária do CMN, o que há neste caso é uma "incerteza pura" para quem está exposto a ativos nela denominados, não sendo possível se proteger contra tal incerteza através de um seguro. Ou seja, o que de fato é imprevisível é a TJLP que depende apenas das cabeças coroadas do CMN, que mudam a sabor do momento político.

Um terceiro tipo de crítica aponta que a TLP seria até aceitável nas operações feitas com recursos de mercado ou captados junto ao Tesouro, mas não naquelas realizadas com recursos destinados constitucionalmente ao BNDES, por meio do FAT. Em síntese, o argumento baseia-se apenas no aspecto formal da neutralidade fiscal do uso da TJLP, ignorando injustificadamente o custo de oportunidade do uso dos recursos do fundo para outros fins, inclusive para quitar dívida pública mais onerosa.

Como vimos, há vantagens palpáveis na substituição da TJLP pela TLP. Na realidade, tal mudança pode ser o marco inicial de uma ampla reforma microeconômica transformadora da intermediação financeira no Brasil.

Gustavo Loyola, doutor em economia pela EPGE/FGV, foi presidente do Banco Central e é sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras.
gloyola@tendencias.com.br

Valor Econômico | 07/08/17 | BRASIL

Ministro propõe mudar fundo de pesquisa tecnológica para driblar falta de recursos

Por Ligia Guimarães | De São Paulo



Kassab propôs ao Planejamento que fundo siga lógica financeira e não contábil.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, apresentou na semana passada ao ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, a proposta de transformar em fundo financeiro o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), como são o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo Social. Na prática, segundo o MTIC, a mudança determinaria que os recursos do fundo, quando contingenciados, não voltem para o Tesouro Nacional, mas permaneçam no fundo e rendendo juros até serem liberados em algum momento.

Na visão do ministro, a mudança serviria de alternativa fiscal para recompor o orçamento da pasta, que, em 2017, já caiu de R$ 6 bilhões para R$ 3,2 bilhões, após sucessivos contingenciamentos do governo. "Levamos a proposta ao Planejamento, à equipe econômica, e esta seria uma medida importante para a pesquisa, ciência e inovação no Brasil", afirmou o ministro ao Valor. Uma nova reunião sobre o tema entre Kassab e Dyogo está prevista para daqui a duas semanas.

Kassab já tem em mãos uma versão do da Medida Provisória que alteraria a lei 11.540, de 2007, que define o fundo, e discutiu o tema também com a Casa Civil. Marcos Cintra, presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que é gestora do FNDCT, e principal defensor da medida, diz que a mudança corrigiria o que ele chama de "desvio de finalidade" dos recursos, que são retirados da ciência para pagamento da dívida pública ou para esforços de metas fiscais do governo. "Se isso tivesse sido feito dez anos atrás, com todos os contingenciamentos que ocorreram nesse período, o FNDCT teria um saldo acumulado de R$ 45 bilhões", afirma o presidente da Finep.

No modelo atual, em que o FNDCT funciona como um fundo contábil, os recursos contingenciados voltam para o Tesouro e não podem mais ser usados pelo MTIC, mesmo quando descontingenciados. Ele alega que a mudança não teria impacto fiscal. "Essa proposta não tem impacto sobre a busca pelo superávit primário. Porque se o governo contingencia esses recursos ele já compõe o superávit primário (ou déficit). A única diferença é que no ano seguinte o governo não pode usar aquele dinheiro para trocar asfalto de rua, ele voltará para a ciência", diz.

Além do contingenciamento de 44% no orçamento do MCTIC, ao qual a Finep é vinculada, Cintra afirma que o governo federal contingenciou metade dos recursos do FNDCT, que é de onde a Finep tira recursos para financiar projetos. Esse valor, que já chegou a R$ 4 bilhões em anos anteriores, foi reduzido a R$ 1,2 bilhão no orçamento deste ano, mas a Finep está autorizada a executar apenas metade disso - cerca de R$ 600 milhões. "Todos nossos projetos, até convênios já assinados, estão suspensos. É por isso que tem tanto laboratório fechando", diz.

Os recursos do fundo vêm de fontes múltiplas, como a receitas de 16 fundos setoriais, além da parcela da receita das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, direito de uso de infraestrutura e recursos naturais, entre outros.

Ele diz que a proposta tem o apoio da comunidade científica, que gostaria de blindar o fundo que, historicamente, tem perdido recursos. "Ele já foi usado para

pagar o Ciência Sem Fronteiras, que não é função dele, e já foi debatido usá-lo para pagar o Fies, o que também não é sua função", diz. A escassez de recursos tem gerado a interrupção de pesquisas, fechamento de laboratórios e até incerteza sobre o pagamento aos 100 mil bolsistas do CNPq até o fim do ano.

Para o economista e pesquisador do FGV/Ibre, José Roberto Afonso, o diagnóstico é correto. "Mas não sei se mudar a natureza do fundo resolverá o problema, o FNDE da educação, tem o mesmo problema, o fundo para presídios, da polícia federal, idem", diz ele. "O FAT tem um diferencial mas é por conta da vinculação constitucional. A única forma líquida e certa de resolver esse problema é o fundo virar uma empresa pública", conclui Afonso.

O GLOBO | 07/08/17 | EDITORIAL

Nossa opinião
Pela racionalidade

Tema em discussão :: O ajuste na economia brasileira

Não há ajuste indolor na situação de descalabro a que chegou a economia brasileira com o descontrole das contas públicas decorrente da política voluntarista de Dilma Rousseff de forçar o crescimento do PIB com mais gastos do Tesouro. Temeridade amplificada em 2013 e 2014, para embalar a campanha à reeleição da presidente, inclusive com a aplicação ao extremo de técnicas de contabilidade criativa para maquiar as catastróficas estatísticas das públicas.

Num primeiro momento, deu certo para Dilma, que se reelegeu, mas a bomba começou a explodir antes da posse, em 1º de janeiro de 2015, já com um aumento dos juros básicos pelo Banco Central presidido por Alexandre Tombini, subjugado pela presidente.

O estelionato eleitoral cobraria um alto preço da população. Claro que mais elevado para os mais pobres e menos instruídos. As manipulações retardaram que se pudesse constatar o tamanho dos estragos do desequilíbrio fiscal — e isso garantiu a reeleição, uma vitória de fôlego curto —, que terminariam configurando crime de "responsabilidade", passível de ser punido com a perda de mandato. E aconteceu.

Com outra equipe econômica, empossada com o novo presidente, Michel Temer, o ajuste que era necessário começou a ser feito. É fantasioso imaginar que as mudanças são feitas contra as faixas sociais mais baixas, porque é sobre elas que recai a maior parte do peso da crise. No caso, provocada por políticas executadas em nome dos pobres — que ironia.

A inflação, incendiada pelo governo Dilma Rousseff, voltou aos dois dígitos. E quem mais padece são famílias de renda mais baixa, entre as quais é relativamente maior o peso dos alimentos no orçamento doméstico, bens de difícil substituição. Também não contam com poupança aplicada no mercado financeiro que possa compensar a corrosão do poder aquisitivo pela inflação.

Qualquer programa, portanto, de estabilização econômica é em favor das classes menos favorecidas. Basta acompanhar o mais recente noticiário econômico, em que se destacam ligeira recuperação do mercado de trabalho — mesmo que seja por empregos informais — e algum crescimento setorial. Nada que estimule previsões muito otimistas para o curto prazo, mas são os primeiros e múltiplos resultados positivos internos, pelo menos desde 2014, exceto a agricultura, já em bom momento há algum tempo.

Categorias do funcionalismo reclamam do ajuste, mas é preciso entender que no centro da crise está um enorme desequilíbrio das contas: o déficit público nominal (inclui juros da dívida) bateu nos 10% do PIB, pouco mais de três vezes o limite praticado na área do euro da União Europeia. E ainda continua elevado.

O déficit primário, sem a conta de juros, ainda está pouco acima dos 2% do PIB. É, então, por uma questão absoluta de racionalidade que gastos com salários e outros custeios da enorme máquina do Estado precisam ser contidos.

O GLOBO | 07/08/17 | OPINIÃO

Outra opinião

Quem paga a conta?

Igor Roque

Tema em discussão :: O ajuste na economia brasileira

Crise econômica no Brasil é sinônimo de aumento do fosso entre os mais pobres e os mais ricos. Inúmeras pesquisas apontam como consequência da crise que o número de brasileiros pobres aumentará. O Banco Mundial afirma que mais de 3,6 milhões de cidadãos brasileiros serão jogados para abaixo da linha de pobreza, considerando-se como tais as pessoas que recebem até R$ 140 por mês.

Na contramão desse cenário, contudo, o Credit Suisse afirma que, no Brasil, o número de milionários continua a se expandir: segundo o banco suíço, houve um acréscimo de 11 mil brasileiros detentores de uma fortuna acima de US$ 1 milhão. Essa realidade decorre da maneira como o governo encara o problema econômico. As pressões da classe que se encontra no topo da pirâmide social refletem diretamente nas "soluções" apresentadas pelo poder público.

Não é difícil perceber a preferência do Estado por medidas de austeridade destinadas à população já estigmatizada. A exemplo, os cortes em programas como o Bolsa Família, o Fies, o Prouni, bem como o reajuste inferior à inflação conferido ao salário mínimo. A decisão do Executivo de aumentar a tributação sobre os combustíveis é o caso da vez — novamente, o trabalhador pagará a conta da recessão.

Nesse mesmo sentido, a falta de investimento em órgãos voltados ao atendimento da população carente, tais como a Defensoria Pública da União (DPU), apenas torna maior o abismo social. Doutro lado, há pouco tempo foi noticiado pela imprensa que, por falta de verbas, a Polícia Federal suspenderia a emissão de passaportes.

Houve, por isso, significativa mobilização social, afinal de contas muitos brasileiros deixariam de conhecer (ou voltar pela enésima vez) à Disney. Não obstante, o cenário de falta de recursos em que trabalham os defensores públicos federais não é notícia. O que não surpreende: a carreira que atua em prol do cidadão hipossuficiente, para o qual representa a única possibilidade de acesso à Justiça, não goza do mesmo apelo popular — quiçá, apoio governamental.

Por força da falta de investimentos, a Defensoria Pública suspendeu o processo de interiorização previsto pela Emenda Constitucional 80, a qual fixou o prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos. Pelo mesmo motivo, várias unidades da DPU estão com o quantitativo reduzido de defensores, que vêm priorizando o atendimento das demandas urgentes.

A despeito do escasso orçamento, portanto, os defensores federais seguem no cumprimento da missão constitucional de prestar assistência jurídica aos mais carentes. Seguem também vigilantes, dispostos a lutar em prol de uma Defensoria Pública estruturada o bastante para ouvir a voz de todos aqueles silenciados pela desigualdade social no país.

Igor Roque é defensor público federal e presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais — ANADEF

O ESTADO DE S. PAULO | 07/08/17 | POLÍTICA

Eunício propõe que fundo eleitoral tenha recursos do Orçamento

Proposta do presidente do Senado prevê que recursos que já são destinados aos partidos sejam remanejados

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), propôs ontem em reunião no Palácio do Planalto o remanejamento de recursos já existentes no Orçamento do governo federal para bancar o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FDD). O fundo, em discussão na reforma política, vai custear as eleições com verbas públicas. Pressionados pela proximidade do calendário eleitoral, os parlamentares querem aprovar mudanças na legislação ainda neste mês para ter validade já em 2018. As propostas tramitam na Câmara, e o relator de duas comissões, deputado Vicente Cândido (PT-SP), estima que o fundo eleitoral custe ao Tesouro R$ 3,5 bilhões em 2018. Na quarta-feira, os deputados retomam a discussão e votação do relatório de Cândido na comissão especial. A ideia do peemedebista é criar uma espécie de "cesta eleitoral" a partir, principalmente, de verbas destinadas a partidos políticos.

Com isso, a distribuição de dinheiro do Fundo Partidário – orçado em R$ 819 milhões neste ano – seria alterada. As fundações e institutos partidários passariam a receber 10% do valor global em vez dos atuais 20%. Os outros 10% seriam endereçados ao fundo eleitoral. Eunício também pretende rever gastos com a propaganda partidária gratuita, reduzindo despesas com as inserções em rádio e TV ao longo do ano, fora do período eleitoral. Ele quer ainda destinar ao financiamento das eleições parte das emendas parlamentares impositivas: seriam cortadas as emendas coletivas de bancada, sem mexer nas individuais. "Faríamos uma cesta com esses recursos que já existem para não criar uma crise econômica com um novo fundo, num momento de dificuldade de arrecadação", disse Eunício ao Estado. "Precisamos de financiamento. O caminho é fazer uma cesta de recursos existentes para criar o fundo."

A proposta da "cesta eleitoral" deve ser um dos temas de uma reunião marcada para amanhã. Eunício convidou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para um jantar na residência oficial do Senado, acompanhado de alguns líderes parlamentares. Segundo ele, o presidente Michel Temer e Maia indicaram na reunião de ontem no Planalto estar de acordo com a proposta. "Todo mundo concordou. Já conversei com alguns partidos, e acho que tem aceitação, sim", disse. O senador vinculou a criação do FDD a mudanças mais profundas no sistema eleitoral, como cláusula de barreira, fim das coligações proporcionais e voto distrital misto. / F.F. e V.R.

O ESTADO DE S. PAULO | 07/08/17 | COLUNA DO BROADCAST

ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT, FERNANDA GUIMARÃES

Entrave tributário ameaça RenovaBio na reta final

Desenhado para ser o marco regulatório de fomento à produção de biocombustíveis no Brasil, o RenovaBio enfrenta entraves tributários às vésperas de entrar em vigor. O Ministério da Fazenda pretendia criar um imposto para taxar emissões em substituição aos Créditos de Descarbonização de Biocombustíveis (CDBios), mas isso não foi discutido nas consultas públicas sobre o tema. O acertado é que os CDBios deverão ser emitidos por produtores de combustíveis renováveis e comercializados por corretoras na B3. Distribuidoras que venderem combustíveis fósseis de petróleo comprarão esses títulos como forma de compensar as emissões. E os recursos com as operações poderão virar investimento privado nos biocombustíveis, o que não ocorre há cinco anos no Brasil.

» **Mais conversa.** O Ministério da Fazenda negou a intenção de criar o tributo. Na sexta-feira, o Planejamento pediu mais tempo para a discussão. Um novo encontro está previsto para amanhã, em Brasília. Os setores privado e público querem pressa para que o projeto seja transformado em Medida Provisória.

15.975 oportunidades para os concurseiros

Fotos: Bárbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



Para o concurso do TST, estudei só pelo tempo de lançamento do edital, uns três ou quatro meses, mas já tinha uma bagagem"

Vinicius de Aguiar Morete,
técnico judiciário do TST



A primeira dica de curso que recebi foi do meu irmão. Me disse para estudar direito constitucional"

Guilherme de Castro,
servidor da Justiça do Trabalho

As notícias são boas para quem sonha em ser funcionário público. Ao todo, há 15.975 oportunidades em concursos espalhados por todo o país. Hoje, 11 certames abrem inscrições, com 858 vagas efetivas e para cadastros de reserva. Além da estabilidade, os salários atrativos chamam atenção. No certame para a Defensoria Pública de Alagoas, por exemplo, a remuneração chega a R$ 26.125.

Em outros estados e municípios, as oportunidades também são boas. Somente no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, há 560 vagas. No concurso do Governo de Rondônia, são oferecidas 80 postos de nível médio e superior, com salários de até R$ 7.193. No sul, há 39 chances para a prefeitura de Bituruna, no Paraná. Os salários variam entre R$1.228 e R$ 19.883.

A abertura de editais é um incentivo para quem se prepara para as provas. Há oito meses, o engenheiro civil Leonardo Santos, 22 anos, estuda para concursos públicos. Por dia, são quase 10 horas dedicadas às aulas e às apostilas: pela manhã, vai para o cursinho, depois complementa o estudo com revisões e exercícios nos outros turnos. "Fico no cursinho até à noite. Se voltar para casa, acabo me desconcentrando e perdendo o ritmo", conta. No fim de semana, a rotina continua. "Se não tiver dedicação total, não há resultados", afirma.

O segundo semestre do ano será positivo para quem aguarda abertura de seleções públicas. Recentemente, o Ministério do Planejamento autorizou seleção para 600 vagas no Ministério da Agricultura e 300 vagas para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), além de oportunidades na Advocacia-Geral da União, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que devem ter os editais publicados nos próximos meses.

Banca avaliadora

Quem aguarda o concurso do Tribunal Regional Federal da 1º Região, recebeu uma boa notícia. O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) foi escolhido como banca organizadora do certame, de acordo com portaria divulgada pela Justiça Federal. O próximo passo é a divulgação do contrato e publicação do edital, que sairá ainda este ano, para provimento de cargos efetivos e de cadastro de reserva.

As chances serão para as carreiras de técnico e analista judiciário, de nível médio e superior. Além da estabilidade empregatícia,

garantida pelo regime estatutário, as remunerações atraem concurseiros: R$ 7.320 para técnicos e R$ 11.063, para analistas. As vagas são, principalmente, para o Distrito Federal e em outras regiões do país. A abertura da seleção é inevitável, pois o prazo de validade do último certame, realizado em 2011, expirou em junho.

"Para o concurso do TST, estudei só pelo tempo de lançamento do edital, uns três ou quatro meses, mas já tinha uma bagagem"

Vinicius de Aguiar Morete,
técnico judiciário do TST

" A primeira dica de curso que recebi foi do meu irmão. Me disse para estudar direito constitucional"

Guilherme de Castro,
servidor da Justiça do Trabalho

CORREIO BRAZILIENSE | 07/08/17 | ECONOMIA

Concorrência para o TST

Toda a preparação é pouca quando o assunto é o novo concurso público do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Afinal, nenhum concurseiro dispensaria a chance de trabalhar no órgão máximo da Justiça trabalhista brasileira. Atrativos não faltam. Apesar do número de vagas ainda não ser conhecido, sabe-se que será uma seleção para técnicos e analistas judiciários, com salários que vão de R$ 6.617 a R$ 10.119, com gratificações. Mas, para vencer a concorrência, são necessárias dicas de quem realmente sabe o que está falando. Com a palavra, os aprovados.

O último certame, realizado em 2012, registrou 76.811 candidatos inscritos para 37 vagas. Ou seja, 2.075 pessoas por posto de trabalho. Vinicius de Aguiar Morete passou em terceiro lugar para o cargo de técnico judiciário, da área administrativa do tribunal. Ele veio de São Paulo só para prestar o concurso e, após ser aprovado, acabou ficando. Formado em administração, antes de decidir trabalhar no serviço público, o servidor costumava ajudar o pai no supermercado da família, entregando mercadorias e auxiliando no atendimento.

Incentivos

Depois, após incentivo familiar, ele engrenou no mundo dos concursos e, antes do TST, era servidor da prefeitura de São José do Rio Preto (SP). "Para o concurso do TST, estudei só pelo tempo de lançamento do edital, uns três ou quatro meses, mas já tinha uma bagagem por ter sido aprovado em outros processos seletivos. Quando passei, acabei vindo morar em Brasília sozinho, depois, acabei me casando e trouxe minha esposa pra morar aqui comigo", conta.

Ele relembra que, para ser aprovado, sua rotina era estudar cerca de quatro horas após chegar do trabalho e dedicar mais uma hora só para a resolução de exercícios. "Eu andava com material no bolso, anotações, e, sempre que tinha um tempinho, parava e estudava as matérias básicas. Até o lançamento do edital, quando passei a focar mais nas disciplinas específicas do cargo", afirma.

Guilherme de Castro, por sua vez, é jornalista e trabalhava na iniciativa privada quando resolveu prestar o concurso do TST para o cargo de técnico, na área administrativa. Ele passou na 177º posição, após dois anos de preparação. Ficou no cadastro de reserva, e é prova viva de que o órgão vai bem além das vagas imediatas oferecidas no edital. Nesse meio tempo, com a demora da nomeação, o jornalista fez todos os concursos de tribunais regionais que estavam abertos na época, para Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná. "Acompanhava diariamente o Diário Oficial da União para ver se alguém tinha se aposentado, se havia nomeação. Sempre ficava de olho também nos cargos da área administrativa que estavam vazios",diz.

A escolha pelo TST foi feita para ficar próximo da família. "Minha mãe e meu irmão são servidores, eles sempre me incentivaram muito. A primeira dica de curso que recebi foi do meu irmão. Me disse para estudar direito constitucional", conta.

*Estagiária sob supervisão de Vicente Nunes

Dicas de sucesso

A recomendação do servidor Bruno Medeiros é manter uma rotina diária de estudos das matérias básicas, como direito constitucional, administrativo e português, e fazer exercícios específicos da banca para fixar o conteúdo logo após as leituras. "Não adianta saber todo o conteúdo se você não conhece o estilo da prova, principalmente para os concursandos de Brasília, que estão mais acostumados com o Cebraspe. A Fundação Carlos Chagas tem um estilo de prova muito diferente, é preciso reaprender a fazer as questões", aconselha.



Estudos em casa

Frequentar cursinhos nem sempre é a melhor opção para os concurseiros “Percebi que rendia mais estudando sozinho, cerca de sete horas diárias. Eu lia muito e fazia muitos exercícios. Usei as duas últimas semanas para revisar todo o conteúdo. Eu tinha um caderno no qual compilava resumos, detalhes importantes, prazos e erros que cometi fazendo questões da banca, e passei os últimos dias lendo e relendo esse caderno”, diz Bruno Medeiros.

R$ 6.617

É o valor do salário inicial para técnicos do TST

R$ 10.119

Remuneração que os aprovados para analista receberão

CORREIO BRAZILIENSE | 07/08/17 | ECONOMIA

Reforma em debate

No concurso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), dominar as disciplinas de direito do trabalho e direto processual do trabalho é obrigação de todo candidato, independentemente do cargo escolhido. É o que afirma o professor Leandro Alencar, do Gran Cursos Online. Segundo o especialista, direito material, princípios, contrato de trabalho, rescisão do contrato, interrupção e suspensão do trabalho são itens que devem ser cobrados, certamente. Mas o que tem deixado os concurseiros de cabelo em pé é a reforma trabalhista, aprovada recentemente pelo Congresso Nacional.

Conhecer o texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), antes e depois da reforma, é essencial, aponta Alencar. Conforme ele, a demora para publicação do edital se deve em razão da mudança do regimento interno do TST e das alterações na legislação. O especialista ressalta que é bem provável que o concurso cobre a nova CLT, até porque o servidor que for entrar no órgão vai ter que lidar com julgamento de casos trabalhistas com as alterações já vigentes. "O que o aluno já precisa saber são itens importantes ,como jornada de trabalho, compensação de horas e contratos. Aprender as diferenças de como era e como ficou também é essencial para não cair nas possíveis pegadinhas da banca, que pode confundir a cabeça dos concorrentes desatentos ao misturar indiretamente as duas versões, em um enunciado não tão explícito", alerta.

Cuidados

Mas não é tão simples assim. O professor acentua que existem diversos dispositivos da reforma que contrariam totalmente as súmulas do TST, que também são cobradas nas provas. "É complicado. Tudo vai depender do que for estabelecido pelo edital, por isso, ele é tão aguardado. O conteúdo cobrado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) varia muito. Assim, se o candidato quer mesmo estar preparado para tudo, deve ter a lei seca na ponta da língua, dominar a jurisprudência e as súmulas do TST e se estender um pouco mais, até as súmulas trabalhistas vinculantes do STF", explica.

Como a disciplina é a essência do órgão, certamente será a mais exigida dos concurseiros. "A prova deve cobrar cerca de 20 questões de direito do trabalho e direito processual do trabalho, cada uma com cinco itens para serem julgados, ou seja, serão 100 sentenças", ressalta Alencar. Quanto à redação, que será cobrada tanto para cargos de nível superior quanto para médio, o professor aposta em estudo de caso ou questão para analistas e redação discursiva para técnicos. "Um tema que tem bastante chance de ser cobrado é a discussão sobre a predominância do acordo negociado entre patrão e empregado (sindicatos) sobre o que é legislado, o que está dito na lei", diz. (LP)